

Os cinejornais de teor turístico produzidos pela Agência Nacional (1964-1985)

Newsreels with tourism content produced by National Agency of Brazil (1964-1985)

Noticieros con contenido turístico producidos por la Agencia Nacional de Brasil (1964-1985)

Denise de Moraes Bastos¹

Bernardo Lazary Cheibub²

Rafael de Luna Freire³

Resumo: O artigo sintetiza uma dissertação de mestrado que buscou caracterizar os conteúdos e as formas de organização dos cinejornais de teor turístico produzidos pela Agência Nacional durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). O trabalho foi desenvolvido no entrecruzamento de três campos de saber: Turismo, História e Cinema, conjugando diferentes metodologias de pesquisa e de análise e interpretação dos dados. Entre os resultados alcançados destacam-se: a identificação de um conjunto significativo de filmes de teor turístico e de viagem custodiados pelo Arquivo Nacional; a confirmação da possibilidade de afastar o filme turístico das concepções que o situam exclusivamente na esfera dos filmes promocionais; a observação sobre como se estabeleceu, nos cinejornais estudados, um *continuum* de “grandes feitos”, supostamente alcançados pelos governos militares, que incluía o turismo e outras atividades econômicas; a participação da Agência Nacional na implantação de políticas públicas de turismo e de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional; e o nexa entre turismo e cinema no período da ditadura militar no Brasil estabelecido pelo papel reservado aos filmes para propaganda do país.

Palavras-Chave: Cinejornal, Agência Nacional, história do turismo; história do cinema; filme de teor turístico ou de viagem.

Abstract: The article summarises a master’s degree thesis. It aims to characterise the contents and forms of organization present in newsreels with tourism or travel content produced by National Agency of Brazil during the military dictatorship (1964-1985). The research was carried out in the intersection of three fields of knowledge: Tourism, History and Cinema, combining different research methodologies and data analysis and interpretation. Among the results of the research, the following ones can be highlighted: the identification of a significant set of films with tourism content held by the National Archives of Brazil; the confirmation of the possibility of moving the tourist film away from the concepts that place it exclusively in the sphere of promotional films; the observation on how a *continuum* of “great achievements” supposedly attained by the military governments, which included tourism and other economic activities, was established in the newsreels studied; the participation of National Agency of Brazil in the implementation of public policies for tourism and the protection of the national historical and artistic heritage; and the nexus between tourism and cinema during the Brazilian military dictatorship established by the role reserved for films in the country’s propaganda.

Key words: Newsreel, National Agency of Brazil, Tourism history, Cinema history, Films with tourism or travel contents.

Resumen: El artículo resume una disertación de maestría que buscó caracterizar los contenidos y formas de organización de los noticieros con contenido turístico producidos por la Agencia Nacional de Brasil durante el período de la dictadura militar en Brasil (1964-1985). El trabajo se desarrolló en la intersección de tres campos de conocimiento: Turismo, Historia y Cine, combinando diferentes metodologías de investigación y análisis y interpretación de datos. Entre los resultados alcanzados se destacan: la identificación de un conjunto significativo de películas de contenido turístico y de viajes en poder del Archivo Nacional de Brasil; la confirmación de la posibilidad de separar las películas turísticas de las concepciones que las sitúan exclusivamente en el ámbito de las

¹ Arquivo Nacional. E-mail: bastos.denise@uol.com.br

² Universidade Federal Fluminense. E-mail: bernardocheibub@gmail.com

³ Universidade Federal Fluminense. E-mail: rafaeldeluna@hotmail.com

películas promocionales; la observación de cómo, en los noticieros estudiados, se establecía un *continuum* de “grandes logros”, supuestamente realizados por gobiernos militares, que incluían el turismo y otras actividades económicas; la participación de la Agencia Nacional de Brasil en la implementación de las políticas públicas de turismo y protección del patrimonio histórico y artístico nacional; y el nexo entre turismo y cine durante el período de la dictadura militar en Brasil establecido por el papel reservado a las películas para la propaganda del país.

Palabras clave: Noticiero, Agencia Nacional de Brasil, Historia del turismo, Historia del cine, Película de contenido turístico o de viajes.

1 Introdução

As imagens turísticas veiculadas em obras cinematográficas, em especial em filmes documentários, constituem o interesse deste trabalho e geraram a questão problema: quais são as singularidades presentes nos cinejornais de teor turístico produzidos por uma agência governamental federal no Brasil durante o período da ditadura militar?

A escassez de investigações que se ocupam dos filmes documentários produzidos sobre turismo durante períodos de exceção no Brasil justificou a realização da pesquisa.

As fontes utilizadas foram:

- cinejornais de teor turístico produzidos pela Agência Nacional (AN), entre 1964 e 1985, para os quais foram transcritas as narrações e som direto, e observadas as imagens para detectar locais filmados, movimentos de câmera e enquadramentos;
- entrevista com profissional que trabalhou narrando cinejornais para a AN, de forma a conhecer as condições de produção e de circulação desses curtas-metragens, assim como o grau de liberdade criativa dos profissionais que atuavam na sua feitura;
- leis, decretos-lei e documentos de políticas públicas que regularam os campos do turismo e do cinema no período estudado.

2 Referencial teórico

2.1 Breve historiografia da ditadura militar brasileira

Alinhando-se à periodização proposta por Fausto (2012), Fico (2005, 2014 e 2019), Napolitano (2014, 2017) e Skidmore (2010), acata-se que o período de vigência da ditadura militar ocorreu entre os anos de 1964 e 1985. Um relevante aspecto do período é o papel das corporações militares e da sociedade civil. As análises oscilam entre a caracterização tanto do golpe quanto do regime que o sucedeu como sendo exclusivamente militar, pelo fato de que a

cúpula dirigente do regime era formada por militares, e como sendo civil-militar, por contar com o apoio e atuação decididos de amplos setores da sociedade civil.

Outra frente de estudos, relevante para as reflexões desenvolvidas, se encarrega do tema da censura. Apoiada em um aparato de leis, órgãos governamentais e um corpo de censores, a ação censória do governo dirigiu seu interesse a livros, revistas, jornais, emissões radiofônicas, letras de música, peças de teatro, obras cinematográficas e programas televisivos.

A questão da censura às obras cinematográficas é de especial interesse para este trabalho, uma vez que os cinejornais da AN eram isentos de censura, informação constante em suas cartelas iniciais. O diploma legal que assegurava essa isenção previa que nenhum filme poderia ser exibido ao público sem censura prévia, à exceção daqueles produzidos pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo e pelos demais órgãos oficiais (BRASIL, 1946).

Ao serem isentos de censura, o pressuposto era de que esses cinejornais, consistindo em material produzido pelo próprio Estado, não incorreriam na inconveniência de defender causas consideradas subversivas, noticiar temas políticos percebidos como desfavoráveis, efetuar críticas aos governos militares ou atentar contra a moral e os bons costumes.

2.2 A ditadura militar no Brasil e suas interfaces com o turismo e o cinema

A produção científica que trata da história do turismo no Brasil na segunda metade do século XX converge para afirmar a importância da estrutura jurídico-administrativa constituída para esse setor em 1966, dois anos após o golpe civil-militar (FICO, 2014, p.9-10) e corporificada pela criação da Embratur, do Conselho Nacional de Turismo e da política nacional de turismo. O pioneirismo muitas vezes atribuído a essa estrutura foi desconstruído a partir de trabalhos cuidadosos de pesquisa como os de Guimarães (2012), Castro e Freire-Medeiros (2013), e Daibert (2016).

O Ato Institucional nº.2 (BRASIL, 1965), dispositivo legal que arrematou o caráter ditatorial do regime que se implantara no país após o golpe de 1964, entre seus diversos artigos de contornos autoritários, estabelecia que “[...] o presidente poderia emitir atos complementares e baixar decretos-lei sobre ‘assuntos de segurança nacional’.”. E foi justamente um decreto-lei⁴, instrumento típico de regimes de exceção, o diploma legal que criou a estrutura acima

⁴ Decreto-Lei nº.55, de 18/11/1966 (BRASIL, 1966c).

mencionada. Sua assinatura pelo Presidente Castelo Branco - primeiro a exercer o cargo na ditadura - ocorreu durante o período de pouco mais de um mês, entre outubro e novembro de 1966, em que o Congresso Nacional foi fechado pela primeira vez após o golpe de 1964. Na formulação do seu texto foram utilizadas as prerrogativas do Ato Complementar nº.23 (BRASIL, 1966a) que decretou o recesso do Congresso e autorizou o Presidente a legislar.

O Decreto-Lei 55/66 (BRASIL, 1966c) previa forte presença do Estado no setor de turismo. A Embratur concentrava as ações de marketing dentro do país e no exterior, assim como: atividades de registro, classificação e fiscalização de empresas turísticas; induzia o desenvolvimento do setor por meio de incentivos fiscais e financeiros, inclusive com dotação orçamentária própria e destinada a esse fim; ações de planejamento turístico de regiões, estados e municípios brasileiros. No ano seguinte a sua criação (BRASIL, 1967), os organismos estaduais de turismo, possuidores de diferentes personalidades jurídicas (organismos privados, públicos e de economia mista), passaram a integrar, mediante delegação de atividades, um Sistema Nacional de Turismo comandado por aquela empresa.

A aproximação entre as esferas governamentais do turismo e da proteção ao patrimônio histórico e artístico será estreitada, durante a ditadura militar, a partir de 1972, com a criação de um grupo de trabalho para efetivar o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos. Essa relação será muitas vezes explorada nos cinejornais de teor turístico produzidos pela AN.

Destacam-se também os incentivos fiscais estipulados no decreto-lei (BRASIL, 1966c), cujo texto equipara a construção, ampliação ou reforma de hotéis, obras e serviços específicos de finalidades turísticas à instalação e ampliação de indústrias básicas. Somados aos estímulos creditícios igualmente previstos (BRASIL, 1966c), os incentivos fiscais mudaram as feições dos negócios no setor de turismo no Brasil. Além disso, estabeleceram um vínculo entre o turismo e os setores industriais promotores do que viria a ser popularmente conhecido como “milagre econômico”.

Esses vestígios sugerem que o turismo era considerado um dos pilares do ideário do desenvolvimentismo adotado pelos governos militares. O volume de recursos financeiros, próprios da Embratur e oriundos de fundos como o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) e o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), assim como sua aplicação subsetorial e geográfica ainda

são temas que carecem de estudos detalhados. Essa questão, aparentemente distante do tema central deste trabalho, torna-se pertinente quando se observa, nas fontes estudadas, o registro filmográfico de empreendimentos turísticos que contaram com esses recursos, fato que foi realçado em algumas cenas dos cinejornais. O indício fica ainda mais forte quando se percebe um possível cruzamento entre a aplicação desses recursos em estados da região Nordeste e as localidades selecionadas para figurar nos cinejornais.

No que diz respeito ao campo do cinema, as inovações trazidas nas décadas de 1950 e 1960 pelo movimento artístico e político conhecido como Cinema Novo não se limitaram às experimentações com a linguagem cinematográfica, mas também se expressaram em sua franca rejeição ao modelo cinematográfico industrial, tornando a precariedade – técnica e econômica – uma potencialidade e não uma desvantagem. A emergência do Cinema Novo ocorreu em contexto de grande efervescência cultural no país e os filmes dele oriundos alcançaram sucesso de público. O reconhecimento interno e o prestígio internacional, alavancado por diversas premiações, além da qualidade inegável das obras, converteram muitos dos filmes produzidos no período em clássicos da cinematografia nacional. Cabe ressaltar que o cinema brasileiro dos anos 1960 não se restringia ao Cinema Novo, incluía também produtores de filmes de ficção e documentário que priorizavam um cinema industrialmente forte e filmes de ampla comunicação popular, como comédias, musicais e filmes policiais.

O golpe de Estado desfechado em 1964 impôs uma inflexão à produção cinematográfica do país. Foram criados, também por meio de decretos-lei, o Instituto Nacional de Cinema (INC)⁵ e a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme)⁶, órgãos de incentivo ao setor. O decreto-lei que criou o INC (BRASIL, 1966b) foi assinado por Castelo Branco na mesma data em que o de criação da Embratur, durante o já mencionado primeiro fechamento do Congresso Nacional ocorrido no período da ditadura militar. O mesmo decreto-lei estabeleceu que “a censura de filmes cinematográficos, para todo o território nacional, tanto para exibição em cinemas, como para exibição em televisão, é da exclusiva competência da União” (BRASIL, 1966b). As obras do Cinema Novo objeto de censura política teriam sido apenas quatro. Cabe ressaltar, entretanto, as dificuldades de financiamento – ou seja, a censura econômica -, além de atrasos propositais

⁵ Decreto-Lei n.º.43, de 18/11/1966 (BRASIL, 1966b).

⁶ Decreto-Lei n.º.862, de 12/09/1969 (BRASIL, 1969).

interpostos pela burocracia estatal, que foram usados desde cedo contra o conteúdo dos filmes, para além da censura *stricto sensu*.

A Embrafilme, por sua vez, foi criada em plena vigência do Ato Institucional nº. 5, durante o segundo fechamento do Congresso, com a função inicial de centralizar a divulgação do cinema brasileiro no exterior. Essas pistas apontam para uma convergência de objetivos da promoção do país no exterior, associando divulgação do cinema e promoção da imagem turística do Brasil.

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Turismo, História e Cinema - interseções

A pesquisa foi desenvolvida no entrecruzamento de três campos de saber: Turismo, História e Cinema, conjugando diferentes metodologias de pesquisa e de análise e interpretação dos dados. O primeiro aporte teórico convocado e que acompanhou todo o percurso foi o método indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989). Do campo de estudos do Turismo foram utilizados tanto trabalhos que esmiúçam as políticas públicas do setor, quanto aqueles que, a partir de diferentes metodologias, exploram as relações entre turismo e cinema. A contribuição proveniente da área do Cinema é a análise fílmica, proposta por Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (2012). A quarta contribuição veio novamente do campo da história – a metodologia da história oral, conforme estabelecida nos trabalhos de Verena Alberti (2004, 2005, 2012).

Ao avançar com o estudo, uma questão se impôs: seria possível caracterizar como turísticos os cinejornais pré-selecionados para a pesquisa, uma vez que não faziam propaganda direta de empresas turísticas, nem se assemelhavam à gramática frequentemente encontrada em guias de viagem, com prescrições sobre o que conhecer e experimentar? Deste primeiro impasse derivou uma dúvida: qual seria a fronteira que separa o filme turístico no seu sentido mais amplamente aceito - filme promocional criado por empresas ou governos – daqueles que se encontravam no acervo estudado? Neste ponto, recorreu-se ao referencial teórico produzido por Sofia Sampaio, especialmente as expressões “outros filmes” e “filmes de teor turístico ou de viagem”. Os “outros filmes” contrapõem-se ao chamado “filme de autor”, aos filmes de ficção e aos formatos industriais (SAMPAIO; SCHEFER; BLANK, 2016, p. 200). A expressão “filmes

de teor turístico ou de viagem” denomina tanto os filmes promocionais, quanto aqueles que documentam práticas turísticas (SAMPAIO, 2014, p. 417).

3.2 Estratégia da pesquisa

O acervo documental da AN é custodiado pelo Arquivo Nacional e pela Cinemateca Brasileira, sendo formado por diferentes gêneros documentais. Com relação aos cinejornais, alguns foram produzidos por outros órgãos do governo federal ou por produtoras privadas (SANTOS, 2014).

O processo de seleção das fontes considerou o recorte temporal estudado, o que direcionou a pesquisa aos cinejornais da AN sob a guarda do Arquivo Nacional. A primeira etapa do trabalho consistiu na pesquisa avançada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), cruzando o gênero documental “filmográfico”, o código de referência do fundo AN (“EH”) e a palavra-chave “turis” no campo “especificação de conteúdo” ou “título”. O resultado foi um número de 37 cinejornais que continham os termos “turismo”, “turista” e “turístico” em suas descrições e que foram produzidos no período investigado.

O contato com os referenciais teóricos de Sofia Sampaio (2015) e Altman (2006) impôs uma revisão no procedimento acima descrito: foi realizada uma leitura das descrições de todos os cinejornais com data de produção entre 1964 e 1985 em busca de pistas que pudessem ajudar a identificar aqueles com teor turístico ou de viagem. Desta forma foi possível encontrar 178 cinejornais em que os descritores escolhidos não estavam presentes, mas onde havia notícias sobre: atrativos turísticos; eventos que normalmente atraem turistas; meios de hospedagem; meios de transporte com forte vinculação com o turismo; gastronomia; artesanato; eventos oficiais aos quais estiveram presentes os presidentes da República e outras autoridades, nos quais a ação se desenrolava em destinos turísticos (BASTOS; CHEIBUB, 2021) ou nas proximidades de atrativos turísticos.

Assistir a todos os 215 cinejornais pré-selecionados e a eles aplicar a metodologia da análise fílmica, todavia, extrapolaria o escopo esperado e as condições para a realização da dissertação de mestrado. Considerando-se que ficara, senão demonstrado, pelo menos sugerido que o acervo em questão possui um significativo potencial para estudos que se dediquem a entrelaçar turismo e cinema, resolveu-se o impasse voltando aos 37 cinejornais inicialmente identificados. Essa escolha se justifica em razão de suas descrições, atribuídas pelo produtor do

acervo ou pelos responsáveis por seu tratamento técnico, claramente assumirem o caráter turístico das notícias ali veiculadas. Os cinejornais foram, então, assistidos e suas narrações e sons diretos transcritos, bem como observadas as imagens para detectar locais filmados, movimentos de câmera e enquadramentos. Em paralelo, os resultados da entrevista e as informações extraídas dos documentos textuais foram sistematizados, cotejados entre si e com os cinejornais selecionados.

4 Análise e discussões

4.1 Os cinejornais de teor turístico produzidos pela Agência Nacional

A área de conhecimento do cinema dedica grande parte de seus esforços ao estudo das obras cinematográficas de caráter ficcional, já o gênero documentário vem atraindo a atenção dos pesquisadores de forma intermitente. No século XXI, o entusiasmo acadêmico por esse tipo de produção ganha fôlego, embora destaque-se que o interesse inicial e primordial recai sobre os documentários autorais, valorizados por suas qualidades estéticas. Ainda assim, os filmes produzidos pela Agência Nacional e pelos órgãos públicos que a antecederam, da mesma forma que aqueles realizados por produtoras privadas sob encomenda de governos, igualmente vêm despertando interesse e as pesquisas que os utilizam como fontes têm se avolumado (SOUZA, 2003; MAIA, 2006; TOMAIM, 2006; GOMES, 2007; RAMOS, 2008; BIZELLO, 2009; TEIXEIRA, 2011; GOMES, 2013; OLIVEIRA, SILVA, 2016; BARRENHA, 2018; SCHVARZMAN, 2018).

Gomes (2007, p. 41) define o cinejornal como um

[...] filme jornalístico de curtíssima duração veiculado nas sessões de cinema antes dos filmes de longa-metragem, composto por pelo menos quatro pequenas reportagens, totalizando em geral de seis a oito minutos de exibição. [...]. As exceções são os cinejornais de tema único [...].

No Brasil, a produção de cinejornais envolveu tanto produtoras privadas, quanto diferentes órgãos de governo. Os cinejornais que interessam a este trabalho são os produzidos pela Agência Nacional, durante o período da ditadura militar.

As histórias administrativas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da AN

se entrelaçam. Ambos foram criados durante a vigência do Estado Novo (1937-1945), regime de exceção chefiado por Getúlio Vargas, por meio do instrumento legal típico desses regimes: o decreto-lei. O DIP foi instituído em 1939 e a AN, poucos meses antes do presidente da República ser deposto por forças militares. Entre as finalidades atribuídas ao DIP (BRASIL, 1939), além de “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa” (BRASIL, 1939, Art. 2º.) duas outras chamam a atenção: aquelas concernentes ao turismo e ao cinema. Em relação ao primeiro, O DIP tinha função de “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo” (BRASIL, 1939, Art. 2º.). Quanto ao cinema, afora a censura e outras atividades, o DIP também se encarregava de “[...] estimular a produção de filmes nacionais” (BRASIL, 1939, Art. 2º.). O DIP era constituído de uma Divisão de Turismo, outra de Cinema e Teatro, além daquelas vinculadas a divulgação, radiodifusão, imprensa e serviços auxiliares.

A Agência Nacional, por sua vez, integrava a estrutura do Departamento Nacional de Informações (DNI), criado pelo supracitado decreto-lei (BRASIL, 1945). O DNI herdou algumas atribuições do DIP, que fora extinto, e além de passar a ser responsável por “[...] coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, e em todos os setores da atividade nacional, em cooperação com os órgãos culturais dos Ministérios da Educação e Saúde e das Relações Exteriores e com os órgãos congêneres dos Estados e Prefeituras” (BRASIL, 1945, Art. 3º.), igualmente possuía atribuições relativas ao turismo e ao cinema similares ao DIP.

Embora as informações acima coligidas se refiram a período histórico não contemplado nesta pesquisa, ainda assim são importantes pistas para compreender, do ponto de vista da estrutura administrativa do governo federal, como essas duas atividades – turismo e cinema – vêm sendo reguladas pelo Estado. A menção às duas atividades nos mesmos instrumentos legais sugere uma persistência em regulá-las e em fazê-lo de maneira associada. Com outros contornos, abrangência e condicionamentos, essa persistência irá ser novamente encontrada nas estruturas administrativas criadas posteriormente pela ditadura militar.

Os cinejornais selecionados foram organizados por ano de produção e correlacionados aos períodos de governo. O Quadro 1 sintetiza esse primeiro resultado.

Quadro 1 – Distribuição dos cinejornais pré-selecionados por períodos de governo durante a ditadura militar

Governo	Ano	Quantidade de cinejornais
Paschoal Ranieri Mazzilli (02/04/1964 a 15/04/1964)		0
Humberto de Alencar Castelo Branco, marechal (15/04/1964 a 15/03/1967)	1964	1 Atualidades Agência Nacional
	1966	1 Cinejornal Informativo
Arthur da Costa e Silva, general (15/03/1967 a 31/08/1969)	1967	1 Cinejornal Informativo
	1969	1 Cinejornal Informativo
Junta Militar Aurélio de Lyra Tavares, do Exército Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha Márcio de Souza e Melo, da Aeronáutica (Governo Provisório – 31/08/1969 a 30/10/1969)		0
Emílio Garrastazu Médici, general (30/10/1969 a 15/03/1974)	1970	1 Documentário
	1971	1 Brasil Hoje
	1972	1 Brasil Hoje 2 Filmetes Institucionais
	1973	5 Brasil Hoje 1 Documentário
Ernesto Geisel, general (15/03/1974 a 15/03/1979)	1974	3 Brasil Hoje 2 Documentários
	1975	1 Brasil Hoje - Edição Especial Turismo 7 Brasil Hoje
	1976	1 Brasil Hoje - Edição Especial Turismo 3 Brasil Hoje
	1977	2 Brasil Hoje 1 Documentário
	1978	1 Brasil Hoje
João Baptista de Oliveira Figueiredo, general (15/03/1979 a 15/03/1985)	1979	1 Brasil Hoje

Fonte: Bastos (2021).

Os quatro cinejornais de teor turístico ou de viagem produzidos entre 1964 e 1969, durante os governos de Castelo Branco e de Costa e Silva enquadram-se todos no que Gomes (2007, p.41) classificou como cinejornal composto de várias notícias. Dentre esses, selecionamos o Cinejornal Informativo nº.86 (CINEJORNAL, 1967), que apresenta, entre suas reportagens, uma que trata de aspectos do navio do Lloyd Brasileiro que fazia a linha turística Rio – Santos –

Rio. Filmado em preto e branco, com narração intercalada por música instrumental, o cinejornal inclui *travellings* (DI GIACOMO, 2015) filmados a partir de diferentes pontos do navio que garantem a ideia de movimento suave interligando as duas cidades (Fotograma 1).

Fotograma 1 – Linha turística Rio – Santos – Rio. *Travelling*⁷



Fonte: Cinejornal Informativo no. 86 (CINEJORNAL, 1967)

O vento agitando levemente os cabelos de alguns indivíduos incluídos nas cenas acentua a ideia de placidez. O interior do navio é filmado em detalhes, sucedendo-se imagens dos quartos, restaurante, salão de jogos, salão de beleza e *deck*. Os indivíduos filmados nesses ambientes pertencem a faixas etárias bem diferentes – crianças, jovens, homens e mulheres adultos e de meia idade, assim como idosos - e se reúnem sugerindo serem membros das mesmas famílias. Todos se vestem de maneira muito refinada, o que é perceptível nas imagens e reafirmado na narração que destaca a elegância das mulheres ali presentes. O ambiente é sempre de descontração e com muitos sorrisos.

Esse cinejornal, produzido já na vigência da estrutura jurídico-administrativa do turismo anteriormente mencionada, apesar de se manter dentro da tônica jornalística, sem fazer nenhum chamamento direto ao consumo, apresenta uma gramática do guia de viagem: descreve em detalhes os serviços oferecidos e prescreve o que ver e o que fazer dentro do navio. Além disso,

⁷ Devido à pandemia de COVID-19, diversas instituições governamentais interromperam o atendimento presencial ao público, entre elas o Arquivo Nacional. À época da elaboração da dissertação não foi possível ter acesso aos cinejornais originais e realizar a digitalização de fotogramas. Por essa razão, as imagens aqui apresentadas foram realizadas a partir da reprodução dos filmes em computador, consistindo em cópias de tela. As imagens contêm, portanto, elementos gráficos, marcas d'água e *time codes* que não integram os documentos originais.

assegura ao espectador a certeza sobre a pluralidade de faixas etárias que poderiam se beneficiar do passeio, deixando claro, entretanto, que aquela não é uma atividade destinada a qualquer classe social, e sim às mais abastadas. Aciona, de maneira direta, pela narração e pelas imagens, as ideias de conforto, luxo, requinte e modernidade. Faz questão de ressaltar que cada detalhe da viagem foi planejado para atender aos viajantes que necessitam de compensação para “as vidas intensas das cidades”.

Dando continuidade à análise dos cinejornais de teor turístico ou de viagem, percebe-se facilmente uma concentração da produção na década de 1970, durante os governos Médici e Geisel (Quadro 1). Traçando-se um panorama bem genérico do período, os dois últimos anos da década de 1960 e anos iniciais da década de 1970 corresponderam àqueles em que “sistemas sofisticados de repressão” (FICO, 2019, p.68) foram implantados no país. Médici, que assumiu a presidência sucedendo a Costa e Silva, após o período de aproximadamente um ano em que o país foi governado por uma Junta Militar, foi ele próprio chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado logo após o golpe de 1964. Sobre a atuação de Médici no SNI, Fico (2019, p.68) esclarece que o general “deu nova organização ao SNI, criando subseções do órgão em cada ministério e outras repartições governamentais, inclusive nas empresas estatais e universidades federais [...]”.

Em linhas gerais, a década de 1970 iniciou-se com um recrudescimento da repressão e encerrou-se com algum grau de “distensão política patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel” (FICO, 2004, p.31). No campo da economia, o regime adotou como uma de suas políticas a intensificação da tomada de empréstimos externos e da atração de capital estrangeiro com vistas à promoção do desenvolvimento (FAUSTO, 2012). Conhecido como “milagre econômico brasileiro”, o período compreendido entre os anos de 1968 e 1973 foi marcado por ambiguidades: de um lado o exacerbamento da repressão assegurado pela decretação do AI-5; de outro, um dinamismo econômico expresso em números que não se repetiram em momentos posteriores, como o do Produto Nacional Bruto (PNB), cuja taxa de crescimento ultrapassou a marca de 11% (REIS, 2014, p.79).

Os cinejornais de teor turístico produzidos naquela década compartilham com o espectador essa crença de um país em franco e acelerado processo de desenvolvimento. As imagens de

destinos e atrativos turísticos, agora em cores⁸, são não poucas vezes entremeadas a outras onde se veem obras para abertura de estradas, implantação de redes de telecomunicação, linhas de produção industrial e um comércio presumidamente pujante. É possível observar que vários cinejornais de teor turístico guardam em parte relação com o que já foi apontado por Guimarães (2012) a respeito de um conjunto de discursos comumente encontrados sobre o turismo, especialmente os que o qualificam como a “maior indústria do mundo”, propagam um suposto potencial gerador de empregos e enaltecem a crença na sua capacidade de promover a paz entre os povos.

O desenrolar das imagens, em muitos dos cinejornais da década de 1970, também obedece a uma gramática: é comum que se iniciem com imagens tomadas do alto, apresentando os destinos turísticos de cima (Fotogramas 2, 3 e 4).

Fotograma 2 – Maceió/AL vista do alto



Fonte: Brasil Hoje no. 58 (BRASIL, 1974a)

⁸No conjunto de cinejornais estudados, os dos anos de 1964, 1966, 1967 e 1969 foram produzidos em preto e branco. Os realizados entre 1970 e 1979 o foram em cores.

Fotograma 3 – Teresina/PI vista do alto



Fonte: Brasil Hoje no. 95 (BRASIL, 1975a)

Fotograma 4 – São Luiz/MA vista do alto



Fonte: Brasil Hoje no. 97 (BRASIL, 1975b)

Após um corte, a câmera desce ao nível do olhar do espectador e começa a escrutinar pormenores dos destinos. Muito frequentemente essas sequências começam com imagens de pessoas atravessando ruas movimentadas, sem se dar conta de que estão sendo filmadas (Fotogramas 5 e 6). Esse é o caso das notícias presentes nos cinejornais Brasil Hoje n.º. 58 (BRASIL, 1974a), sobre os aspectos turísticos de Maceió/AL; Brasil Hoje n.º. 70 (BRASIL, 1974b), acerca do turismo nas cidades de Porto Alegre/RS e Gramado/RS; Brasil Hoje n.º. 95 (BRASIL, 1975b), a respeito do turismo em Teresina/PI; Brasil Hoje n.º. 97 (BRASIL, 1975b),

sobre o turismo em São Luís/MA; e Brasil Hoje nº. 161 (BRASIL, 1976), a respeito dos aspectos turísticos de Águas de Lindóia/SP.

Fotograma 5 – Rua movimentada em Teresina/PI



Fonte: Brasil Hoje no. 95 (BRASIL, 1975b)

Fotograma 6 – Rua movimentada em São Luiz/MA



Fonte: Brasil Hoje no. 97 (BRASIL, 1975b)

Em alguns cinejornais há a inclusão de um bloco de tomadas com estádios e partidas de futebol (Fotograma 7), acionando um tipo de imagem de grande aceitação popular. Assim como também cenas de escolas construídas com apoio do governo federal (Fotograma 8) e de jovens que aparecem em grupos nas instituições de ensino, estudando ou desfrutando de períodos de pausa disciplinadamente (Fotograma 9). Este último tipo de imagem sugere um diálogo com outras representações da juventude, correntes à época, em que esta é associada ao movimento

hippie, manifestações e mesmo à luta armada.

Fotograma 7 – Estádio de futebol em Teresina/PI



Fonte: Brasil Hoje no. 95 (BRASIL, 1975b)

Fotograma 8 – Escola Técnica Federal de Alagoas



Fonte: Brasil Hoje no. 58 (BRASIL, 1974a)

Fotograma 9 – Estudantes em Teresina/PI



Fonte: Brasil Hoje no. 95 (BRASIL, 1975b)

Uma outra persistência observada no conjunto de cinejornais de teor turístico da década de 1970 é uma espécie de *tour* que é feito em cada destino turístico, apontando as realizações do governo militar em prol do desenvolvimento do país. Destaca-se aqui a ênfase dada a construções consideradas modernas à época, usualmente filmadas em *contre-plongée*⁹ (Fotogramas 10,11,12 e 13), e o contraste estabelecido na narração entre essas e as mais antigas preexistentes. A narração sublinha essas oposições, como é o caso do cinejornal Brasil Hoje n.º. 95 (BRASIL, 1975b).

Fotograma 10 – Prédio indicado como de construção recente à época. Manaus/AM



Fonte: Brasil Hoje no. 56 (BRASIL, 1974)

⁹ Ângulo em que a câmera focaliza a pessoa ou o objeto de baixo para cima.

Fotograma 11 – Plaza Hotel (RS)



Fonte: Brasil Hoje no. 70 (BRASIL, 1974)

Fotograma 12 – Prédio em Teresina/PI



Fonte: Brasil Hoje no. 95 (BRASIL, 1975b)

Fotograma 13 – Prédio em São Luiz/MA



Fonte: Brasil Hoje no. 97 (BRASIL, 1975b)

Persistem também as imagens de hotéis construídos com os incentivos fiscais oferecidos pelo poder público. Sobre esse aspecto destaca-se, entre os cinejornais estudados, o intitulado Brasil Hoje nº. 48 (BRASIL, 1973a), que noticia a construção de hotéis na cidade de Salvador/BA pela Sudene e pela Embratur. Este cinejornal contém imagens do interior de um hotel não identificado e apresenta seus corredores, quartos, varanda, recepção. Nas imagens tomadas ao ar livre, são enfocadas várias placas que indicam a construção de outros hotéis: “Salvador Praia Hotel”, “Futuro Bahia Othon Palace Hotel”.

Um outro cinejornal sobre o qual é importante se deter é o Documentário Rota Azul (DOCUMENTÁRIO, 1970), produção conjunta com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. De acordo com a nomenclatura utilizada por Gomes (2007, p. 41), trata-se de um cinejornal de tema único. Segundo a descrição arquivística oferecida pelo SIAN, o cinejornal versa sobre a “dramatização de uma viagem turística partindo de Montevidéu, no Uruguai, até o Rio de Janeiro, demonstrando o desenvolvimento das regiões percorridas”. O documentário se organiza em torno das férias da personagem Sarita, estudante universitária no Uruguai. As primeiras imagens são da personagem em casa, arrumando a mala e se despedindo da mãe. A narração, realizada por Jair Silva, informa que

O presidente Emílio Garrastazu Médici entregou o asfalto nos duzentos quilômetros da BR-471, construídos pelo DNER, entre Pelotas e Chuí, no extremo sul do Brasil. A obra completou a ligação pavimentada entre as maiores cidades brasileiras e os países do

Prata, superando as dificuldades de terrenos pantanosos e contribuindo para a integração continental (DOCUMENTÁRIO, 1970).

Em sequência surgem imagens da rodovia e das diversas cidades por onde a personagem circula, entrelaçadas a cenas em fábricas, linhas de produção, lojas de comércio. Sarita, inclusive, é filmada em alguns desses estabelecimentos, verificando o preço de televisores e de cortes de tecido. O narrador, em mais de uma situação, se dirige à personagem, com comentários e perguntas. O cinejornal, embalado por uma trilha sonora executada pelo violonista Sebastião Tapajós, se encerra com a seguinte frase narrada: “Trabalhamos, Sarita, e haveremos de vencer. Para isto basta nossa fé em Deus e no Brasil” (DOCUMENTÁRIO, 1970).

O tom apologético do texto e as imagens que buscam reiterar a ideia de uma pujança econômica constituem o traço marcante desse documentário, distanciando-o da linguagem jornalística presente nos cinejornais anteriormente discutidos e aproximando-o, sem obstáculos, de uma linguagem de propaganda política.

4.2 As condições de produção dos cinejornais da Agência Nacional

As imagens que compunham os cinejornais tinham sido filmadas em diferentes estados brasileiros, o que remete a duas hipóteses: ou as equipes viajavam a esses lugares ou as imagens eram de algum modo enviadas para serem editadas. As cartelas de créditos indicavam a participação de técnicos com diferentes atribuições (redatores, cinegrafistas, técnicos de som, pesquisadores, narradores), indicando o grau de profissionalização com que os cinejornais eram elaborados. Além disso, algumas imagens aéreas e subaquáticas presentes nos filmes sugeriam uma certa sofisticação e alguma dificuldade técnica na sua realização, algo confirmado pelo entrevistado mencionado adiante. Os cinejornais da AN foram produzidos em película, com bitola de 35mm, padrão do cinema comercial; contudo, ao serem colocados pelo Arquivo Nacional para consulta do público pela internet, o são em baixa definição de maneira a diminuir o tamanho dos representantes digitais, o que pode levar à impressão de que as imagens possuem uma qualidade inferior.

Para tentar compreender as condições de produção e de circulação dos cinejornais no período estudado, optou-se por aplicar a metodologia da história oral. Foram listados 16 nomes de técnicos que participaram da feitura dos cinejornais, e partiu-se em busca da sua localização

com o intuito de obter autorizações para entrevista. Esta etapa não trouxe resultados expressivos do ponto de vista numérico, pois muitos dos profissionais já se encontravam falecidos. Um jornalista e narrador aceitou conceder a entrevista, que foi conduzida a partir de um roteiro semiestruturado. Esta fase da pesquisa tampouco pôde ser enriquecida ou mesmo ter seus resultados cotejados com informações provenientes da documentação textual do fundo AN devido à pandemia de COVID-19, que manteve o Arquivo Nacional fechado para consultas durante a realização do trabalho. Ainda assim, essa única entrevista, efetuada com o narrador de muitos dos cinejornais selecionados, trouxe pistas relevantes.

O jornalista relatou que trabalhou na narração de alguns documentários na AN entre 1978 e 1982. Àquela altura, segundo ele, importantes nomes do tele e do radiojornalismo eram locutores daquele órgão. A contratação desse time de técnicos, não só respeitados, mas também muito conhecidos da população brasileira pelas suas atuações no rádio e na TV, sugere que a AN buscava manter em seus quadros indivíduos de talento reconhecido de forma a garantir a qualidade e a credibilidade de seus produtos e emprestar uma atmosfera de familiaridade aos seus cinejornais. A trajetória destes profissionais também acrescentava sobriedade aos filmes produzidos, acentuando um caráter de isenção às narrações fundado na ideia de uma suposta neutralidade intrínseca à notícia jornalística. Por outro lado, aponta na direção da existência de um ambiente profissional permeável durante o período da ditadura, pelo menos entre certos grupos de jornalistas, no meio do qual os técnicos circulavam bastante, trabalhando, às vezes simultaneamente, em empresas privadas e nos órgãos de governo.

Ao ser indagado sobre como era a experiência de narrar assistindo às imagens (procedimento majoritário na AN) e se estas influenciavam de alguma maneira a narração, o entrevistado afirmou que o diretor orientava que a narração deveria ser “linear”, sem voz impostada. Segundo ele, o tempo médio de produção de um cinejornal era de aproximadamente 15 dias, e os filmes eram exibidos em cinemas, universidades e escolas.

Como mencionado, esses filmes eram isentos de censura, assim como aqueles produzidos pelos demais órgãos integrantes do governo federal brasileiro (BRASIL, 1946). Durante a entrevista, o jornalista afirmou, às vezes de maneira veemente, não pelo tom da fala, mas pela escolha de palavras e pela repetição de alguma delas, que o trabalho na AN ocorria de maneira “natural”, que era “um trabalho comum”, que não havia “interferência” ou alguém “policinando”,

que “não tinha ordem unida”, aqui fazendo referência a um termo empregado no meio militar que agrega os diversos movimentos de marcha de uma tropa. Entretanto, antes de que o tema da liberdade criativa dos profissionais que lá atuavam fosse trazido para a entrevista, o entrevistado, espontaneamente, abordou a questão. Interessante notar como, no fluxo da fala, conteúdos vão escapando, intencionalmente ou não, e acabam por contradizer a ideia de uma “normalidade” no ambiente de trabalho daquele órgão. Ao descrever as condições tecnológicas dos estúdios onde gravava as narrações, o jornalista trouxe, pela primeira vez, a questão relativa a aspectos ideológicos, em que a palavra “esquerda”, designação genérica endereçada a um amplo espectro de posições políticas que, à época, combatiam a ditadura militar, é deixada implícita: *“E nunca houve esse problema de você chegar e “ah, você é de direita ou você...” Nunca! Comigo isso nunca aconteceu e nem com um colega que eu me lembre de ter me contado essa história [...]”*.

Indagado sobre a existência de algum tipo de dificuldade no trabalho com os cinejornais durante o período da ditadura militar, o entrevistado respondeu: *“Não! Não. Nunca houve, nunca chegaram para mim e “[...] olha o critério é esse, sua conduta tem que ser essa” nunca, nunca tive. Cheguei a ver alguns militares assim, mas nunca tive contato com eles pra... Não havia essa relação, né”*.

A presença de militares, atestada por sua fala, talvez possa indicar que a produção de imagens e textos, assim como o trabalho de redatores, diretores e montadores, por exemplo, fossem acompanhados mais de perto e que a narração não disparasse nenhum tipo de alerta censório. O entrevistado, em mais de um momento, informou que, em relação aos textos que narrava, ele “não dava opinião sobre o que eles estavam fazendo, aquilo já estava decidido” ou que “a coisa já estava decidida”. De todo modo, a simples presença de militares no órgão, além daqueles que o dirigiam, também sugere que a expressão “censura prévia” poderia ali assumir outro sentido: menos o de submeter aos censores uma obra cinematográfica pronta antes da sua exibição e mais o de uma aplicação de filtros censórios, ou mesmo de autocensura, enquanto os filmes estavam sendo produzidos.

5 Conclusões

Um primeiro resultado alcançado foi poder identificar, entre os cinejornais que integram o fundo AN, tanto os produzidos por esse órgão, quanto os recolhidos de outras organizações,

um conjunto significativo de filmes de teor turístico e de viagem, somando 215 apenas no recorte temporal selecionado para a pesquisa. Esse desdobramento inesperado fortalece a conjectura de que os acervos arquivísticos, custodiados por instituições públicas e privadas, possuem uma abundância de documentos a serem explorados por aqueles que se dedicam a pesquisas centradas nos campos da história do turismo e da história do cinema ou que com esses dialogam.

Outro resultado diz respeito à confirmação da possibilidade de afastar o filme turístico das concepções que o situam exclusivamente na esfera dos filmes promocionais. Estes últimos, é importante frisar, ainda pouco estudados. Reconhecer que imagens e narrações de teor turístico podem ser encontradas em obras cinematográficas de gênero documentário, como é o caso dos cinejornais, permite trilhar um novo caminho de investigação que se dedique a examinar a relação turismo e cinema a partir de enfoques que não se restrinjam à propaganda comercial.

Duas outras reflexões emergiram do trabalho. Primeiramente, a valorização de um tipo de filme – o cinejornal –, situando-o no mesmo patamar de importância que os filmes de ficção. Frequentemente considerados uma produção menor, repetitiva, produzida de forma apressada e descuidada, os cinejornais acabam por ser vistos de uma maneira um tanto naturalizada. Ao desestigmatizá-los, lançando a eles um segundo olhar, foi possível construí-los como objeto ou fonte de pesquisa legítimos. Esta forma de se acercar deste tipo de fonte estimulou que os cinejornais produzidos pela AN fossem analisados sem qualquer ideia preconcebida a respeito da sua qualidade técnica. Isso permitiu ir em busca das suas formas de produção e encontrar uma estrutura profissional, formada por técnicos experimentados nas várias atividades que compõem a feitura de um filme.

Em segundo lugar, refletir sobre cinejornais produzidos por governos de exceção, defendendo que existe espaço para analisá-los fora da perspectiva da propaganda política, relevante, mas muitas vezes desenvolvida de forma mecânica, permitiu desmatar uma nova trilha de investigação. Este entendimento estimulou que a análise, sem perder de vista o contexto em que as fontes foram produzidas, se desvencilhasse da obrigação de encontrar relações estreitas de subordinação ou causa-efeito entre o aparato coercitivo montado pela ditadura militar brasileira e o conteúdo dos filmes analisados. Evidentemente, não há como dizer que os cinejornais concebidos pela AN não são propaganda política dos feitos de um regime de exceção, entretanto, ao perscrutá-los, observa-se que não se reduzem a essa dimensão.

Identificou-se, nos cinejornais estudados, uma preocupação dos governos militares em valorizar suas realizações no campo da economia, fazendo recurso a imagens de obras em andamento ou inauguradas, linhas de produção industrial e de uma suposta pujança comercial, acompanhadas de narrações que realçavam o que, para esses governos, era um sinal claro de que o país se desenvolvia. A contribuição trazida pela pesquisa é observar como essa valorização se processou, nos cinejornais da AN, em relação à atividade econômica do turismo que desfrutou de lugar privilegiado no modelo de desenvolvimento econômico adotado pela ditadura militar no Brasil. A referência aos incentivos fiscais e financeiros para a implantação de hotéis, especialmente na região Nordeste do país, ganharam destaque nos filmes, assim como um discurso que associa o aumento da chegada de turistas com geração de emprego e melhorias gerais na qualidade de vida das populações. Além disso, a investigação identificou como as realizações no campo da economia, acima citadas, foram entrelaçadas às imagens relativas ao turismo, estabelecendo um *continuum* de “grandes feitos”.

Mais um resultado que corrobora estudos conduzidos tanto no recorte temporal da ditadura militar quanto no de outros períodos de exceção como, por exemplo, o Estado Novo, diz respeito à articulação entre as políticas públicas de turismo e as de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. No caso da ditadura militar, encabeçavam essas políticas a Embratur e o então chamado IPHAN, respectivamente. O que é novo neste tópico é a farta associação dessas duas esferas em filmes realizados por um terceiro órgão do governo federal - a Agência Nacional. Puxando-se o fio da meada a partir de informações contidas nos próprios cinejornais analisados, é possível encontrar referências a mais órgãos do governo federal, como a Sudene, a Sudam e bancos públicos. Esse resultado sugere um grau de articulação entre diferentes órgãos do governo federal em prol do turismo no país cuja presença nos cinejornais não havia sido, a princípio, cogitada. Aqui é importante ressaltar que tanto a composição quanto as formas de articulação dessa espécie de rede de órgãos públicos colaborando para a implantação das políticas públicas para o setor de turismo exige uma verificação mais aprofundada em outras fontes para identificar suas nuances e particularidades. Deriva ainda desse mesmo tópico a constatação de que, a exemplo de turismo e patrimônio histórico-cultural possuem um vínculo forte em políticas públicas de regimes de exceção, aparentemente a mesma situação ocorre com turismo e cinema, restando investigar a hipótese de maneira mais detida para verificar se procede.

De todo modo, uma constatação já pôde ser feita: a ligação entre turismo e cinema no período da ditadura militar no Brasil passa necessariamente pelo papel reservado aos filmes para propaganda do país.

A pesquisa aqui resumida, todavia, não foi capaz de cobrir, ou sequer aprofundar, todos os aspectos suscitados pelas fontes. Dessa forma, restam por analisar os demais cinejornais de teor turístico produzidos no período da ditadura militar; verificar a existência, no acervo do Arquivo Nacional, de outras produções cinematográficas que poderiam ser consideradas filmes de teor turístico ou de viagem em recortes temporais diversos; e investigar o papel fundamental representado pelas trilhas sonoras que integram os cinejornais.

Referências

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. Histórias dentro da História. In: Pinsky, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, 2012.

ALTMAN, R. From lecturer’s prop to industrial product – The early history of travel films. In: RUOFF, J. (Ed.). **Virtual voyages: Cinema and travel**. Durham, Londres: Duke University Press, 2006, p. 61-76. E-book.

BARRENHA, N. C. E o Estado entra em cena (1932-1966). In: RAMOS, F. P.; SCHVARZMAN, S. **Nova história do cinema brasileiro**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. v.1.

BASTOS, D. M. **Os cinejornais de teor turístico produzidos pela Agência Nacional (1964-1985)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BASTOS, D. M.; CHEIBUB, B. L. Turismo, História e Cinema: Notas sobre os cinejornais de teor turístico produzidos pela Agência Nacional nas décadas de 1960 e 1970. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v.14, n.1, p.114-128, 2021.

BIZELLO, M. L. Imagens de convencimento: Cinejornais e filmes institucionais nos anos JK. **ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte**. v. 11, n.18, p. 43-58, 2009.

BRASIL. **Ato Complementar nº. 23**, de 20/10/1966. Decreta o recesso do Congresso Nacional e autoriza o Presidente da República a legislar. Brasília: Presidência da República, 1966a.

_____. **Ato Institucional nº. 2**, de 27/10/1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31/03/1964, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1965.

_____. **Decreto nº. 20.493**, de 24/01/1946. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946.

_____. **Decreto nº. 60.224**, de 16/02/1967. Regulamenta o Decreto-Lei nº. 55, de 18/11/1966. Brasília: Presidência da República, 1967. Arquivo Nacional. Conselho de Segurança Nacional.

_____. **Decreto-Lei no. 43**, de 18/11/1966. Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45, da Lei nº 4. 131, de 3/9/1962, prorroga por 6 meses dispositivos de legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1966b.

_____. **Decreto-Lei nº. 55**, de 18/11/1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1966c.

_____. **Decreto-Lei nº. 862**, de 12/9/1969. Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (Embrafilme) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1969.

_____. **Decreto-Lei nº. 1.915**, de 27/12/1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1939.

_____. **Decreto-Lei nº. 7.582**, de 25/5/1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1945.

BRASIL Hoje nº. 48. Supervisão: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1973a. (7 min 8 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

BRASIL Hoje nº. 56. Supervisão: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1974. (7 min 12 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

BRASIL Hoje nº. 58. Supervisão: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1974a. (5 min 49 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

BRASIL Hoje nº. 70. Supervisão: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1974b. (7 min 44 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

BRASIL Hoje nº. 95. Supervisão Geral: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1975a. (6 min 24 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

BRASIL Hoje nº. 97. Supervisão Geral: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1975b. (08 min), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

BRASIL Hoje nº. 161. Supervisão Geral: Renato Bittencourt. Produção: Agência Nacional, 1976. (8 min 50 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

CASTRO, C.; FREIRE-MEDEIROS, B. Destino: Cidade maravilhosa. In: CASTRO, C. et al. (Org.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

CINEJORNAL Informativo nº. 86. Produção: AN, 1967. (6 min.), son., p&b. Arquivo Nacional. Fundo AN.

DAIBERT, A. B. D. **Planejamento urbano e turismo no Estado Novo (1937-1945)**: Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ). 2016. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

DI GIACOMO, C. A. O espectador como passageiro: Os simuladores de viagem do primeiro cinema no Brasil (1906-1908). **Vivomatografias – Revista de estúdios sobre precine y cine silente en Latinoamérica**. Buenos Aires, n. 1, p. 6-32, 2015.

DOCUMENTÁRIO Rota Azul. Direção: José Luiz Marcelino. Produção: AN e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 1970. (13 min 15 seg), son., color. Arquivo Nacional. Fundo AN.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2012.

FICO, C. **História do Brasil contemporâneo**: Da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **O golpe de 64**: Momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, A. L. A. Brasília nos filmes da Novacap. **Resgate: Revista interdisciplinar de cultura**, Campinas, v, 21, n. 1, p. 49-58, 2013.

GOMES, R. V. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro na década de 1950: os cinejornais da Agência Nacional. In: CAVALCANTI, A. (org.). **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 40-45, 2007.

GUIMARÃES, V. L. **O turismo levado a sério**: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946). 2012. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MAIA, P. R. de A. **Canal 100**: a trajetória de um cinejornal. 2006. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. *E-book*.

_____. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

OLIVEIRA, A. P. S.; SILVA, A. L. da. A representação do Nordeste no Cinejornal Informativo: análise do contexto social da região na década de 1950. **Lumina - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2016.

RAMOS, F. P. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAMPAIO, S. O filme turístico em Portugal: 1930-1949. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGADORES DA IMAGEM EM MOVIMENTO (AIM), 3., 2014, Coimbra. **Atas [...]**. Coimbra: Associação de Investigadores da Imagem em Movimento (AIM), 2014. p. 416-430.

_____. Outros filmes, outro cinema: o filme turístico. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGADORES DA IMAGEM EM MOVIMENTO (AIM), 4., 2015, Covilhã. **Atas [...]**. Coimbra: Associação de Investigadores da Imagem em Movimento (AIM), 2015a. p. 340-347.

SAMPAIO, S.; SCHEFER, R.; BLANK, T. Filmes utilitários, amadores, órfãos e efêmeros: repensando o cinema a partir dos “outros filmes”. **Aniki – Revista Portuguesa da Imagem em Movimento**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 200-213, 2016.

SANTOS NETO, A. L. **Os cinejornais da Agência Nacional no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no Portal Zappiens**: contribuições para análise, descrição e

representação arquivística da informação. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SCHVARZMAN, S. A educação rural e a participação norte-americana no cinema educativo brasileiro (1954-1959). In: RAMOS, F. P.; SCHVARZMAN, S. **Nova história do cinema brasileiro**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. v.1.

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acesso em 1 nov. 2019.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castello** (1930-64). Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, J. I. M. Trabalhando com cinejornais: Relato de uma experiência. **História: questões & debates**, v. 38, n. 1, p. 43-62, 2003.

TEIXEIRA, C. A. **Cinejornal Brasileiro: a documentação do esporte no Estado Novo em comparação com a estética de Leni Riefenstahl**. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

TOMAIM, C. dos S. **“Janela da alma”**: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus, 2012.

Artigo recebido em: 30/12/2023.

Avaliado em: 07/03/2022.

Aprovado em: 10/03/2023.